
Políticas institucionais de informação no Brasil: uma análise a partir dos repositórios institucionais

Elaine Hipólito dos Santos Costa

Universidade Federal de São Paulo – Campus Osasco

elaine.hipolito@unifesp.br

Vanessa de Arruda Jorge

Fundação Oswaldo Cruz

vanessa.arruda@gmail.com

Introdução

O movimento do acesso livre está avançando pelo mundo a partir das iniciativas da via verde, que trata do arquivamento realizado pelos próprios autores dos artigos científicos com autorização dos editores em servidor de arquivo aberto, e da via dourada que abrange os periódicos científicos eletrônicos cujo acesso aberto aos seus conteúdos é garantido pelos próprios editores. Sendo assim, verifica-se um aumento do número de repositórios institucionais (RI) nas universidades e instituições de pesquisas, aliada a um mandato legal que obriga os pesquisadores a depositarem os seus resultados de pesquisa publicados em revistas científicas reconhecidas nacional e internacionalmente (KURAMOTO, 2008).

No Brasil, no âmbito de uma política governamental, foi submetido um Projeto de Lei (PLS 387/2011) ainda em trâmite, que em sua ementa dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil. A importância de estudar as PII é que os RI estão sendo criados, porém não existe uma norma para regularizar a situação das informações disponíveis. É necessário verificar se as políticas institucionais existentes estão em consonância com a Portaria da Capes (013/2006), e com a Lei de direitos autorais (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998).

Objetivo(s)

O objetivo é analisar como as universidades e instituições brasileiras estão tratando as questões relacionadas com a política institucional de informação (PII). Compreender a situação destas instituições, observando as seguintes questões: 1) Identificar as PII

propostas pelas universidades e instituições do Brasil cadastradas no ROARMAP, considerando questões de direitos autorais (copyright) e contratos editoriais; 2) Analisar como é feita a inserção dos dados nos repositórios, se por autoarquivamento compulsório ou voluntário, ou se existem outras opções de inserção; e 3) Identificar se existe espaço para auxiliar o pesquisador no autodepósito e possíveis dúvidas nesta ação.

Metodologia

Foi feita uma análise quantitativa nos diretórios de repositórios: Registry of Open Access Repositories (ROAR) e Directory of Open Access Repositories (OpenDOAR) e uma análise qualitativa das políticas cadastradas no Registry of Open Access Repositories Mandatory Archiving Policies (ROARMAP), identificando sua existência, complexidade e, posteriormente, foram realizadas análises e comparações sobre os resultados obtidos.

Resultado(s) e discussão

Foram identificados baixos números de instituições com PII cadastradas para repositórios institucionais. A maioria das instituições que estão cadastradas nos diretórios não possuem uma política cadastrada no ROARMAP. Quanto a inserção dos dados nos repositórios, verificou-se que não há autoarquivamento compulsório e pouco arquivamento voluntário. Não foram identificadas nas políticas outras formas de inserção de dados no repositório.

O PLS 387/2011, recebeu um voto de rejeição por injuridicidade e inconstitucionalidade, e está em trâmite, na pauta a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A questão dos direitos autorais e contratos editoriais são tratados de forma genérica, sem a preocupação de verificar ou mencionar a consonância com a Portaria da Capes 013/2006 e Lei de direitos autorais. Foram identificados poucos espaços nos repositórios institucionais que auxiliam o pesquisador na realização do autodepósito.

Base de dados	Total de cadastros
ROAR	141
OPENDOar	84
ROARMAP	10

Quadro 1:
Quantitativo de cadastros brasileiros em base de dados

Universidade / Instituição	ROARMAP	Copyright / direitos autorais	Contratos editoriais	Autoarquivamento		Guias / ajuda para dúvidas
				Compulsório	Voluntário	
Câmara dos deputados	Sim, porém a política não está disponível	Não	Não	Não	Não	Sim
ENSP / Fiocruz	Sim	Sim	Não	Não	Não	Site fora do ar
Universidade Federal de Lavras	Sim	Sim	Não	Não	Não	Tem tutorial Dspace em inglês
Universidade Federal de Ouro Preto	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Tem tutorial Dspace em inglês
Universidade Federal de Sergipe	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
Universidade Federal do Ceará	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
Universidade Federal do Rio Grande	Sim	Não	Não	Não	Sim	Site fora do ar
Universidade de Brasília	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Universidade de São Paulo	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim

Quadro 2:

Levantamento das políticas institucionais brasileiras cadastradas no ROARMAP

Conclusão

Existe a emergência de produção de norma governamental com o apoio da CAPES, além de incentivo e colaboração entre os pares para a instituição de PII usando a recomendação da Budapest Open Access Initiative (BOAI), que promovam o movimento do acesso aberto, diminuindo as barreiras econômicas, comerciais e até operacionais existentes na área dos periódicos e revistas científicas. A morosidade e falta de interesse do Estado podem prejudicar o avanço da pesquisa científica.

No universo de 84 repositórios cadastrados no OPENDOAR e 141 no ROAR, apenas 10 políticas institucionais de informação estão cadastradas no ROARMAP. Não fica evidente se eles não têm política ou se ainda não as cadastraram. Ressalta-se a necessidade de esforço coletivo entre as instituições brasileiras para cadastro nestas bases.

O autoarquivamento não é realizado pela maioria das instituições pesquisadas. Esta ação, na maioria das vezes, é realizada pelas bibliotecas, sem interação com os autores. Ao ler mais detalhadamente o mandato do BOAI, observa-se sempre que há uma brecha para que as próprias bibliotecas façam o depósito, diminuindo a participação dos autores / pesquisadores. Para ampliar a participação dos pesquisadores, talvez pudessem ser criados fóruns de discussão ou espaços colaborativos para entendimento dos repositórios e suas políticas.

A sociedade e os atores envolvidos com as atividades científicas no Brasil, bem como as agências de fomento, a Capes e o Ministério de Ciência e Tecnologia, precisam aprimorar suas ações em relação ao movimento do acesso aberto, visando a construção de uma ciência aberta, onde informações e conhecimentos são criados, compartilhados e divulgados alcançando maior número de usuários e dar maior visibilidade e internacionalização as instituições e pesquisadores.

Palavras-chave: Política institucional de informação; repositórios institucionais, acesso aberto

Referências bibliográficas

ALVARENGA, L. (2006) – Organização da informação nas bibliotecas digitais. In: ALVARENGA, L. *Organização da informação: princípios e tendências*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, p.76–98.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. [Em linha]. [Consult. 31 jul. 2014]
Disponível na Internet: URL: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm>

BRASIL. Portaria nº 013, de 15 de fevereiro de 2006. [Em linha]. [Consult. 01 ago. 2014].
Disponível na Internet: URL:

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_013_2006.pdf>

BRASIL. PLS – Projeto de Lei do Senado nº 387, de 05 de julho de 2011a. [Em linha]. [Consult. 01 ago. 2014]. Disponível na Internet: URL:

<http://www.senado.gov.br/atividade/Materia/detalhes.asp?p_cod_mate=101006>

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011b. [Em linha]. [Consult. 02 mar. 2014].
Disponível na Internet: URL: <<http://migre.me/j3iUI>>

COSTA, Janise Silva Borges da et al. (2013) – Centro de Memória do Esporte: tratamento, recuperação e divulgação dos acervos no repositório digital da UFRGS. In: *Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória: estratégias para a preservação e o acesso à informação* [Em

- linha]. (2013 nov. 12–14 : Recife, PE). Anais, 1. Recife: UFPE, 2013. [Consult. 28 jul. 2014]. Disponível na Internet: URL: <<http://hdl.handle.net/10183/95071>>
- ESTATÍSTICAS DO ROMEO. [Em linha]. [Consult. 29 jul. 2013]. Disponível na Internet: URL: <<http://www.sherpa.ac.uk/romeo/statistics.php?la=pt&fidnum=|&mode=simple>>
- KURAMOTO, H. (2006) – Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. *Ciência da Informação*, v. 35, n. 2, p. 91–102, maio/ago.
- KURAMOTO, H. (2008) – Acesso livre: caminho para maximizar a visibilidade da pesquisa. *Revista de Adm. Contemporânea*, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 861–872, jul./set. 2008.
- LE COADIC, Yves–Francois (1996) – *A ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos
- MEADOWS, A. J. (1999) – *A comunicação científica*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.
- NORUZI, A. (2007) – Folksonomies: (un)controlled vocabulary? [Em linha]. *Knowledge Organization*, v.33, n.4, p.199–203. [Consult. 02 ago. 2013]. Disponível na Internet: URL: <http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/10307/1/Folksonomy,_UnControlled_Vocabulary.pdf>
- PAVÃO, Caterina Marta Groposo et al. (2013) – Motivações e desafios para a criação do repositório digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: *Conferencia de Directores de Tecnología de Información 3* : Cartagena de Indias, Colômbia). Actas TICAL. [Colômbia]: RedCLARA. [Em linha]. [Consult. 28jul. 2014]. Disponível na Internet: URL: <<http://hdl.handle.net/10183/81720>. Acesso em: 28 jul. 2014>
- PINSONNEAULT, A. ; KRAEMER, K. L. (1993) – Survey research in management information systems: an assessment. [Em linha]. *Journal of Management Information System*. [Consult. 28 jul. 2013]. Disponível na Internet: URL: <<http://www.crito.uci.edu/research-archives/pdf/urb-022.pdf>>
- ROWLEY, J. (2002) – *A biblioteca eletrônica*. Brasília: Briquet de Lemos
- SANTOS, Gildenir Carolino (2011) – *Fontes de indexação para periódicos científicos: um guia para bibliotecários e editores*. Campinas, SP: E-Color, 2011.
- TOMAÉL, M. I.; SILVA, T. E. (2008) – Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: *ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação* [Em linha]. 8, 28 a 31 out. 2007. Salvador. Anais...Salvador. [Consult. 17 ago. 2013]. Disponível na Internet: URL: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf>>
- TORINO, L. P. (2010) – *Organização da informação em repositórios institucionais: um parâmetro para a UTFPR*. [Em linha]. Londrina : Universidade Estadual, 150 f. Dissertação de

Mestrado Profissional em Gestão da Informação. [Consult. 14 ago 2013]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000161238>>